3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

TRATA-SE DE PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ALVENARIA CONVENCIONAL COM OS SEGUINTES DADOS:

- ÁREA EXISTENTE:.....151,87m²
- ÁREA A AMPLIAR:.....142,41m²
- ÁREA TOTAL:.....294,28m²

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

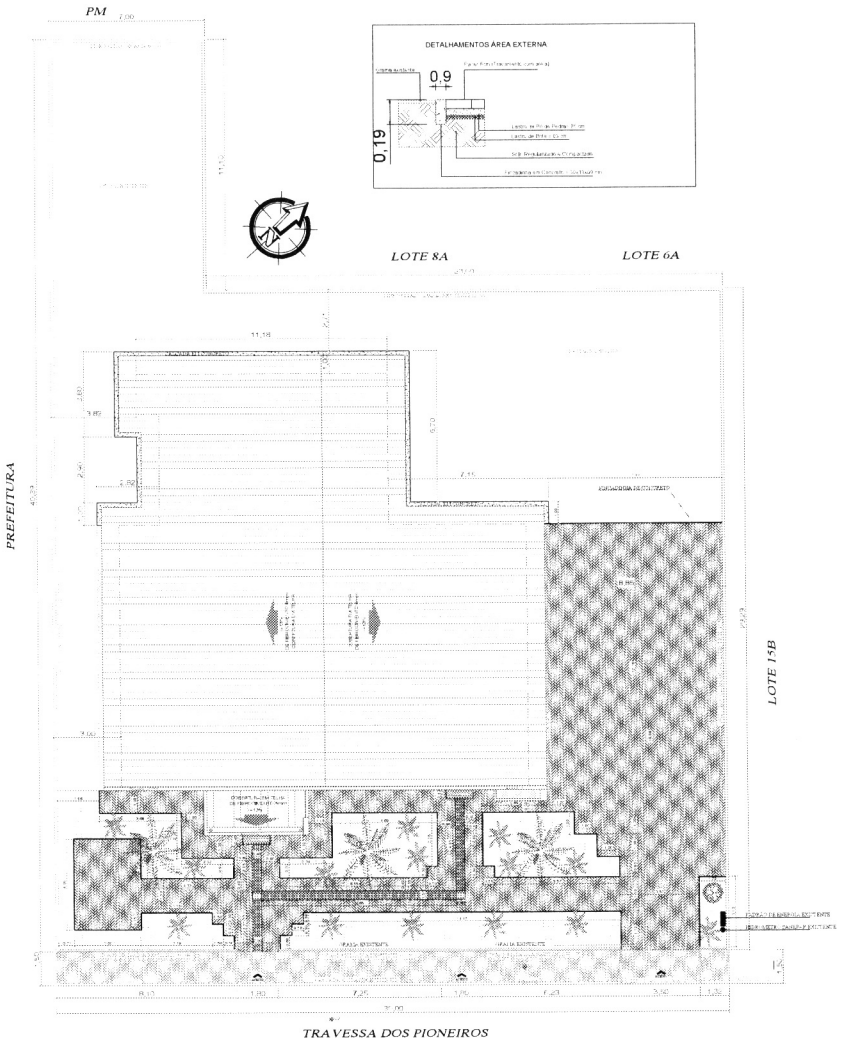
Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI15179660I00CT001	**MUNICÍPIO DE MARQUINHO**	**INICIAL**	**23/01/2025**

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

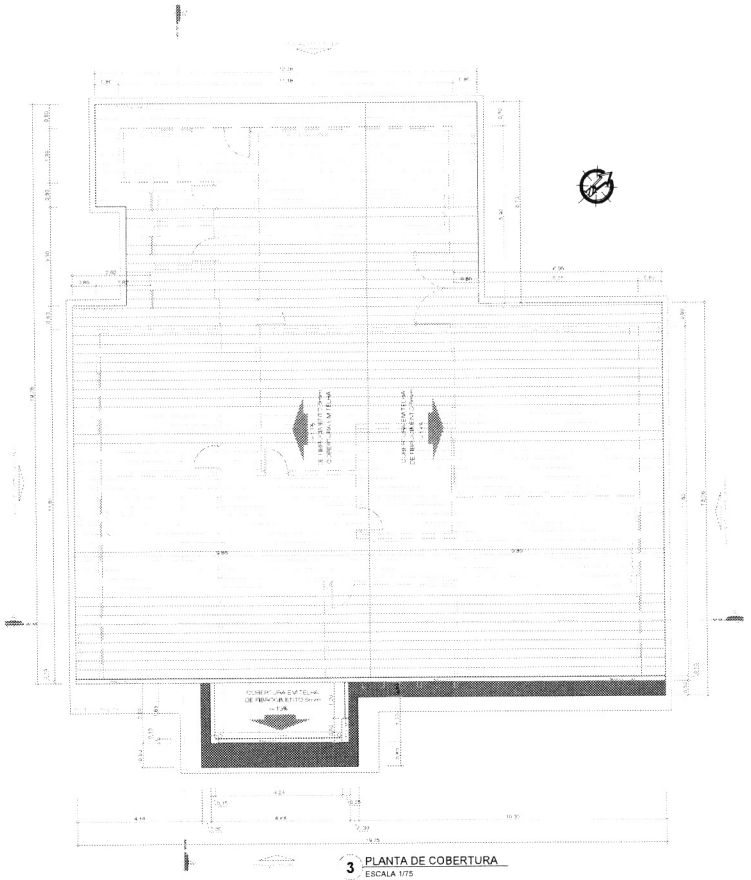
Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista SIMONE DE ANDRADE, registro CAU nº 000A450111, na data e hora: 2025-01-23 16:33:36, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural **(LGPD)**.



2 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
ESCALA 1/100



3 PLANTA DE COBERTURA
ESCALA 1/75

TABELA DE QUANTIDADE DE ÁREA EXTERNA A CONSTRUIR	
LEGENDA	QUANTIDADE
PASSEIO EXISTENTE	17,00 m²
PLANTIO DE GRAMA EMPLACADA	80,00 m²
PISO INTERTRAVADO NATURAL	38,00 m²
RAMPA DE ACESSO EXISTENTE	9,00 m²
RAMPA DE ACESSO EM PISO INTERTRAVADO	9,00 m²
CALÇADA DE PEDESTRES	9,00 m²
PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO ESTRUTURAL	38,00 m²
PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE	38,00 m²
PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE	38,00 m²
ARVORE EXISTENTE A MANTER	38,00 m²
ARVORE EXISTENTE	38,00 m²

OBSERVAÇÕES:



1 CROQUI DE SITUAÇÃO
ESCALA 1/1000

REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ALVENARIA CONVENCIONAL

CROQUI DE SITUAÇÃO / PLANTA DE IMPLANTAÇÃO / PLANTA DE COBERTURA

TRAVESSA DOS PIONEIROS. S/N - QUADRA 07 - LOTE 15A - CENTRO - MARQUINHO/PR.

MUNICÍPIO DE MARQUINHO
CNPJ: 01.612.552/0001-13

SIMONE DE ANDRADE
ARQUITETA E URBANISTA
CAU A45815-1

ÁREA EXISTENTE 151,07m²
ÁREA A AMPLIAR 142,41m²
ÁREA TOTAL 294,28m²

TAXA DE OCUPAÇÃO 10,76%
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO 0,38%
ÁREA DO TERRENO 951,40m²
TAXA PERMEÁVEL 89,24%



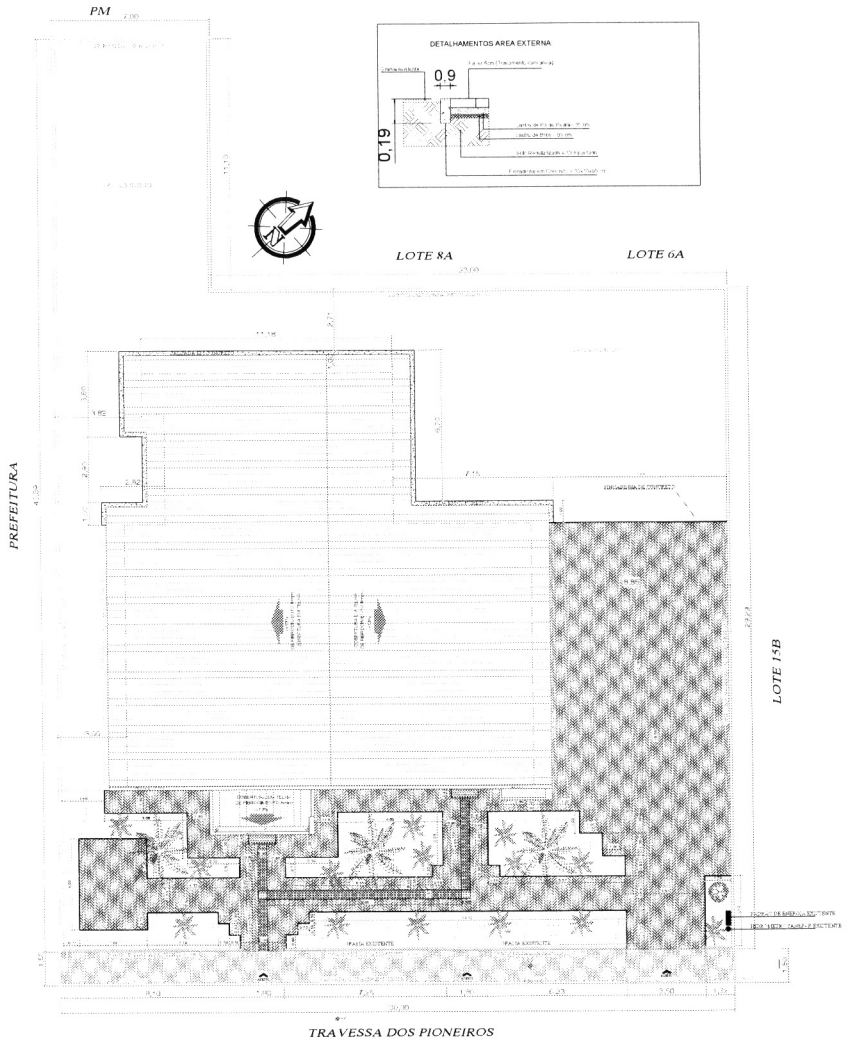
01/05

Marquinho, 17 de fevereiro de 2026.

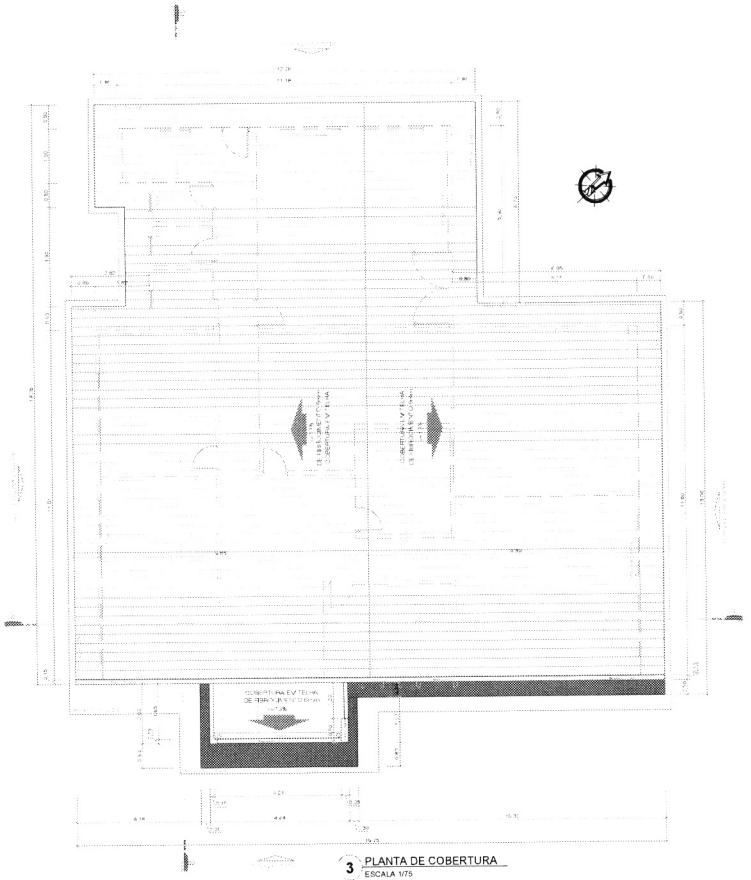
Indicadas

arq. Simone de Andrade

ARQUITETÔNICO



2 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
ESCALA 1/100



3 PLANTA DE COBERTURA
ESCALA 1/75

LEGENDA	QUANTIDADE
PISO EXISTENTE	151,07m²
PISO EM CONCRETO	142,91m²
ALVENARIA EXISTENTE	140,46m²
ALVENARIA DE VEDAÇÃO	140,46m²
ALVENARIA DE VEDAÇÃO	140,46m²
CALÇADA EM CONCRETO	94,74m²
PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO ARMADO	22,40m²
TELHADO EXISTENTE	151,07m²
TELHADO	142,91m²
ÁREA DE ESQUADRIA	20,00m²
ÁREA PERMEÁVEL	69,24%

OBSERVAÇÕES:



1 CROQUI DE SITUAÇÃO
ESCALA 1/1000

REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ALVENARIA CONVENCIONAL

CROQUI DE SITUAÇÃO / PLANTA DE IMPLANTAÇÃO / PLANTA DE COBERTURA

TRAVESSA DOS PIONEIROS, S/N - QUADRA 07 - LOTE 15A - CENTRO - MARQUINHO/PR.

MUNICÍPIO DE MARQUINHO
CNPJ: 01.812.552/0001-13

SIMONE DE ANDRADE
ARQUITETA E URBANISTA
CAU/A55111-1

ÁREA EXISTENTE	151,07m²
ÁREA A AMPLIAR	142,91m²
ÁREA TOTAL	294,28m²
TAXA DE OCUPAÇÃO	39,76%
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,3974
ÁREA DO TERRENO	956,46m²
TAXA PERMEÁVEL	69,24%

01/05

Marquinho, 17 de fevereiro de 2026.

Indicadas

arq. Simone de Andrade

ARQUITETÔNICO

7900004

PAREDE EXISTENTE - A MANTER

PAREDE EXISTENTE - A DEMOLIR

PAREDE A CONSTRUIR





4 PLANTA DE DEMOLIÇÃO / CONSTRUÇÃO
ESCALA 1/75

LEGENDA DE REVESTIMENTOS

PI	PISO
1	PISO CERÂMICA PEQUENA
2	PISO CERÂMICA GRANDE
3	PISO DE MARMORE
PA	PAREDE
1	PINTURA INTERNA - COR CLARA
2	PINTURA EXTERNA - COR CLARA
3	ACM (ALUMÍNIO)
4	PINTURA EXTERNA - CORES CONCRETO/BEGE
5	PINTURA EXTERNA - CORES CONCRETO/BEGE
6	REVESTIMENTO ALUMÍNIO
TE	TETO
1	FORRO DE GESSO
2	MADEIRO
3	PVC
4	PINTURA CLARA

QUADRO DE ESQUADRIAS

COD.	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	MATERIAL	SISTEMA	QUANT.
J01	0,80	0,60	1,80	ALUMÍNIO + VIDRO TEMPERADO 6MM	01 FOLHA BASCULANTE	1
J02	1,00	1,10	1,00	ALUMÍNIO + VIDRO TEMPERADO 6MM	01 FOLHA FIXA + 01 FOLHA CORRER	1
J03	1,20	1,10	1,00	ALUMÍNIO + VIDRO TEMPERADO 6MM	02 FOLHAS FIXA + 02 FOLHAS CORRER	1
J04	2,00	0,60	1,80	ALUMÍNIO + VIDRO TEMPERADO 6MM	02 FOLHAS FIXAS + 02 FOLHAS CORRER	2
J05	2,00	1,10	1,00	ALUMÍNIO + VIDRO TEMPERADO 6MM	02 FOLHAS FIXAS + 02 FOLHAS CORRER	1
COD.	LARGURA	ALTURA		MATERIAL	SISTEMA	QUANT.
P01	0,80	2,10		MADEIRO	01 FOLHA DE ABRIR	5
P02	0,90	2,10		MADEIRA	01 FOLHA DE ABRIR	1
P03	0,90	2,10		ALUMÍNIO	01 FOLHA DE ABRIR	1
P04	1,60	2,10		ALUMÍNIO + VIDRO TEMPERADO 6MM	01 FOLHA FIXA + 01 FOLHA CORRER	1
P05	0,80	2,10		MADEIRO	01 FOLHA DE CORRER	1

ATENTAÇÕES

OBRA:
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ALVENARIA CONVENCIONAL

CONTEÚDO:
PLANTA DE DEMOLIÇÃO / CONSTRUÇÃO - TABELA DE ESQUADRIAS E LEGENDAS

ENDEREÇO DA OBRA:
TRAVESSA DOS PIONEIROS, S/N - QUADRA 07 - LOTE 15A - CENTRO - MARQUINHO/PR.

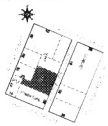
PROPRIETÁRIO:
MUNICÍPIO DE MARQUINHO
CNPJ: 01.612.552/0001-13

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:
SIMONE DE ANDRADE
ARQUITETA E URBANISTA
CAU A45011-1

ESTATÍSTICAS:

ÁREA EXISTENTE	151,87m²
ÁREA A AMPLIAR	142,41m²
ÁREA TOTAL	**294,28m²**
TAXA DE OCUPAÇÃO	30,76%
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,3076
ÁREA DO TERRENO	956,40m²
TAXA PERMEÁVEL	69,24%

LOCALIZAÇÃO DO TERRENO:



PRANCHA
02/05

Marquinho, 17 de fevereiro de 2026.

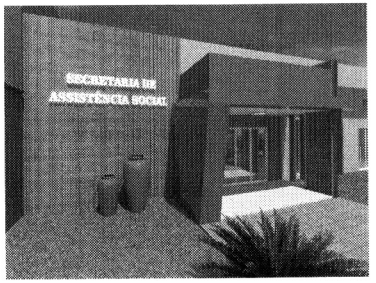
ESCALAS:
Indicadas

DESENHO:
arq. Simone de Andrade

ARQUITETÔNICO

Cel (42) 99119-7691
arq.simone@hotmail.com





LEGENDA DE REVESTIMENTO	
1	PISO
2	PISO CERÂMICO ANTIFUGA
3	PISO
4	PISO TÁTIL
5	
A	PAREDE
1	PINTURA INTERNA - TON CLARO
2	PINTURA EXTERNA - TON CLARO
3	
4	ACM GRAFITE
5	PINTURA EXTERNA - PASTILHA CERÂMICA
6	PINTURA EXTERNA - TON ESCURO
7	PINTURA ANTIMOFO
8	
C	FORRO
1	FORRO GESSO REBAIXO
2	FORRO MADEIRA
3	
4	FORRO PVC

QUADRO DE ESQUADRIAS					
TIPO	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	MATERIAL	OBSERVAÇÃO
P01	0,80	2,10	-	PORTA DE MADEIRA	1 FOLHA BATENTE
P02	0,80	2,10	-	PORTA DE MADEIRA	1 FOLHA BATENTE
P03	0,80	2,10	-	PORTA DE MADEIRA	1 FOLHA BATENTE
P04	0,80	2,10	-	PORTA DE MADEIRA	1 FOLHA BATENTE
P05	0,80	2,10	-	PORTA DE MADEIRA	1 FOLHA BATENTE
P06	0,80	2,10	-	PORTA DE MADEIRA	1 FOLHA BATENTE
TIPO	LARGURA	ALTURA		MATERIAL	OBSERVAÇÃO
J01	0,60	1,20	-	MADEIRA	2 FOLHAS DE ABRIR
J02	0,60	1,20	-	MADEIRA	2 FOLHAS DE ABRIR
J03	0,60	1,20	-	MADEIRA	2 FOLHAS DE ABRIR
J04	0,60	1,20	-	ALUMÍNIO	2 FOLHAS DE ABRIR
J05	0,60	1,20	-	ALUMÍNIO E VIDRO TEMPERADO 8MM	2 FOLHAS DE ABRIR E 1 FIXA MAIS CORRIDA
J06	0,60	1,20	-	MADEIRA	2 FOLHAS DE ABRIR

5 PLANTA BAIXA
ESCALA 1/50

REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ALVENARIA CONVENCIONAL

PLANTA BAIXA

TRAVESSA DOS PIONEIROS, S/N - QUADRA 07 - LOTE 15A - CENTRO - MARQUINHO/PR.

MUNICÍPIO DE MARQUINHO
CNPJ: 01.612.552/0001-13

SIMONE DE ANDRADE
ARQUITETA E URBANISTA
CAU A45011-1

ÁREA EXISTENTE	151,87m²
ÁREA A AMPLIAR	142,41m²
ÁREA UTIL	**273,29 m2**
ÁREA TOTAL	**294,28m²**
TAXA DE OCUPAÇÃO	38,76%
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,3876
ÁREA DO TERRENO	956,40m²
TAXA PERMEAVEL	68,24%

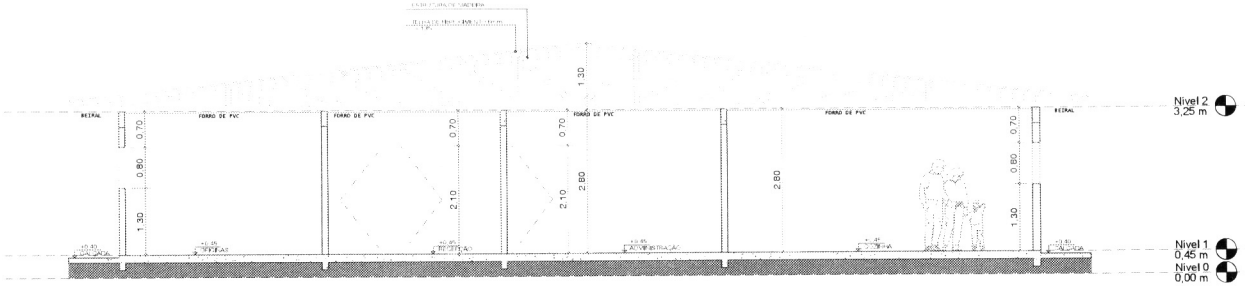
03/05

Marquinho, 17 de fevereiro de 2026.

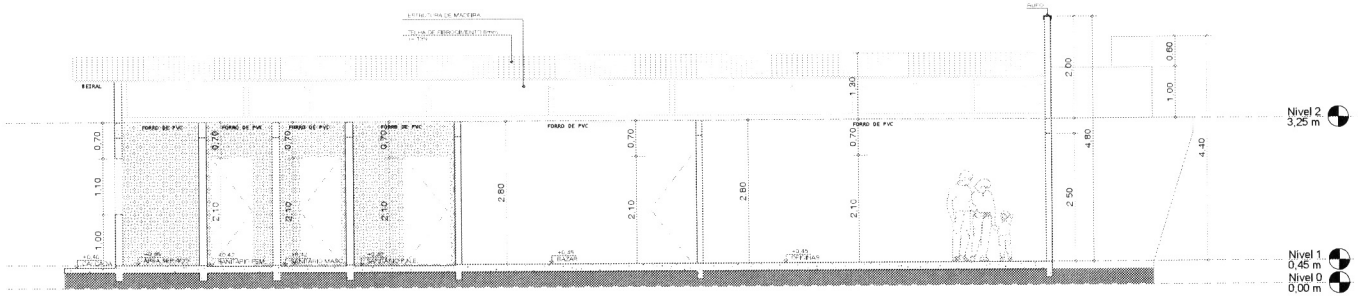
Indicadas

arq. Simone de Andrade

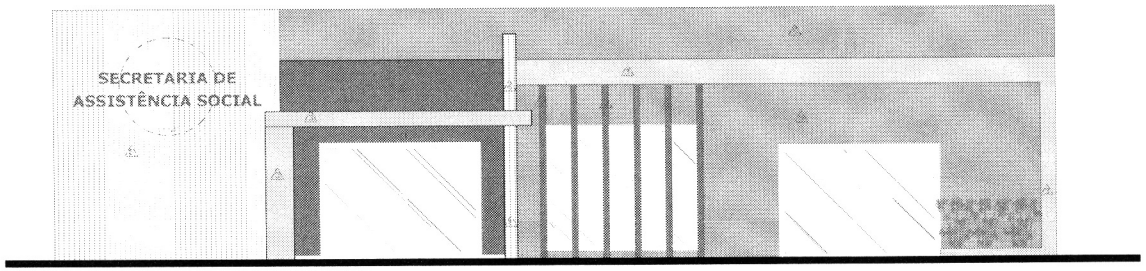
ARQUITETÔNICO



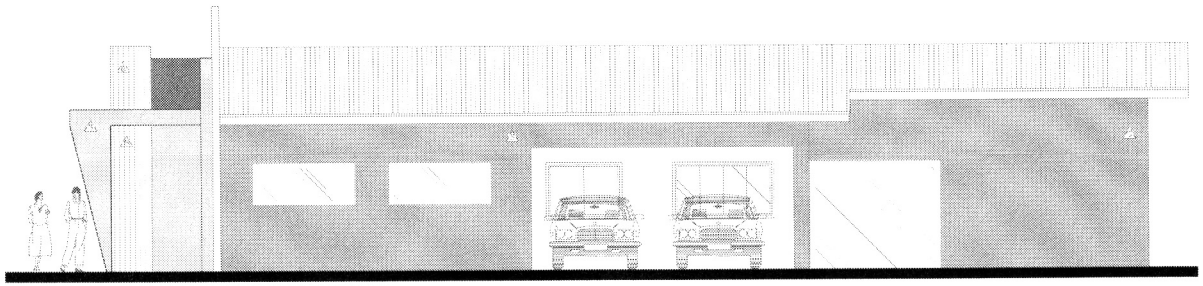
6 CORTE A.A
ESCALA 1/50



7 CORTE B,B
ESCALA 1/50



8 ELEVAÇÃO FRONTAL
ESCALA 1/50



9 ELEVAÇÃO LATERAL DIREITA
ESCALA 1/50



10 DET. 01
ESCALA 1/50

OBRA
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ALVENARIA CONVENCIONAL

CONTEÚDO
CORTES / ELEVAÇÕES

ENDEREÇO DA OBRA
TRAVESSA DOS PIONEIROS, S/N - QUADRA 07 - LOTE 15A - CENTRO - MARQUINHO/PR.

INTERESSADO
MUNICÍPIO DE MARQUINHO
CNPJ: 01.612.552/0001-13

RESPONSÁVEL TÉCNICO
SIMONE DE ANDRADE
ARQUITETA E URBANISTA
CAU A45811-1

ESTATÍSTICAS
ÁREA EXISTENTE 151,87m²
ÁREA À AMPLIAR 142,41m²
ÁREA TOTAL 294,28m²

TAXA DE OCUPAÇÃO 30,76%
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO 0,3076
ÁREA DO TERRENO 956,40m²
TAXA PERMEÁVEL 69,24%

LOCALIZAÇÃO / TERRENO

PRANCHA
04/05

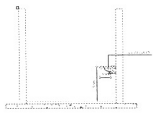
Marquinho, 17 de fevereiro de 2026.

ESCALA
Indicadas

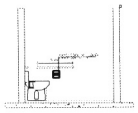
DESENHO
arq. Simone de Andrade

ARQUITETÔNICO

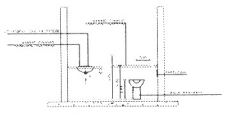
Cel. (42) 99119-7691
arq.simone@hotmail.com



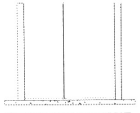
CORTE A BWC PNE



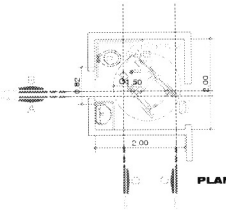
CORTE B BWC PNE



CORTE C BWC PNE



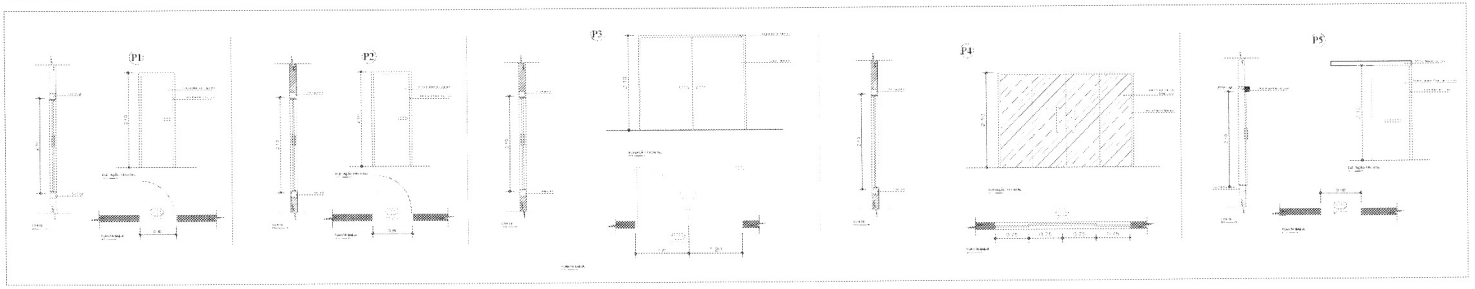
CORTE D BWC PNE



PLANTA BAIXA BWC PNE

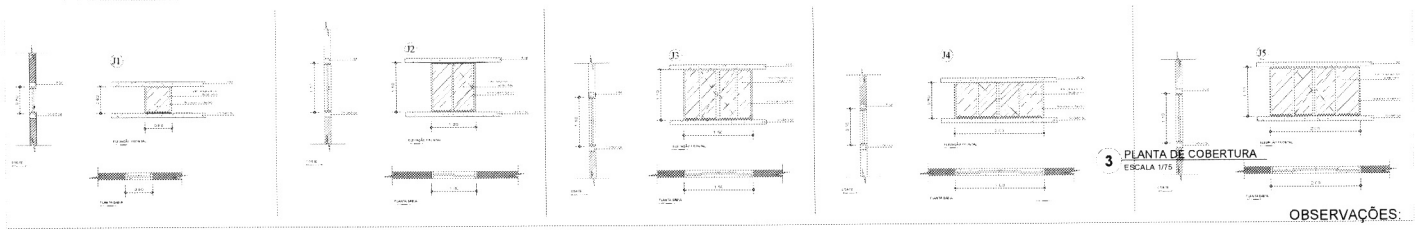
DETALHAMENTO BANHEIRO PNE

ESCALA 1/50



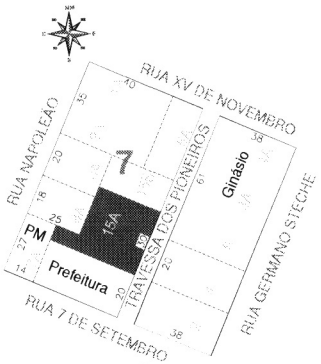
DETALHAMENTO ESQUARIAS - PORTAS - P1/P2/P3/P4

ESCALA 1/50



DETALHAMENTO ESQUARIAS - JANELAS - J1/J2/J3/J4/J5

ESCALA 1/50



1 CROQUI DE SITUAÇÃO
ESCALA 1/1000

3 PLANTA DE COBERTURA
ESCALA 1/75

OBSERVAÇÕES:

REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ALVENARIA CONVENCIONAL

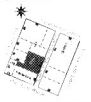
DETALHAMENTOS DE SANITÁRIO PNE E ESQUADRIAS

TRAVESSA DOS PIONEIROS, S/N - QUADRA 07 - LOTE 15A - CENTRO - MARQUINHO/PR.

MUNICÍPIO DE MARQUINHO
CNPJ: 01.612.552/0001-13

SIMONE DE ANDRADE
ARQUITETA E URBANISTA
CAU A55311-1

ÁREA EXISTENTE	151,87m²
ÁREA A AMPLIAR	142,41m²
ÁREA TOTAL	294,28m²
TAXA DE OCUPAÇÃO	38,76%
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,387%
ÁREA DO TERRENO	759,40m²
TAXA PERMEAVEL	60,24%



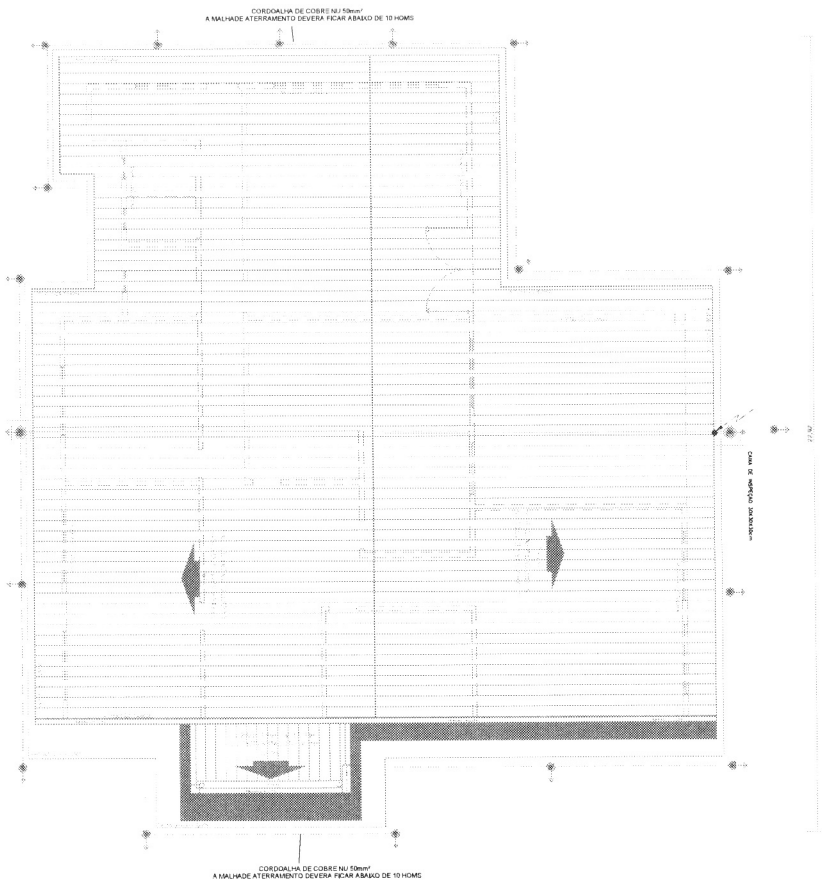
05/05

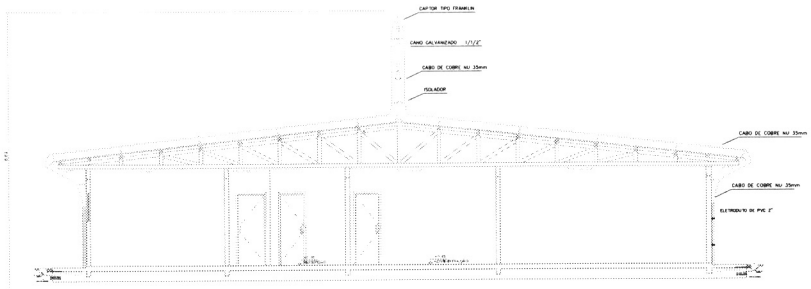
Marquinho, 17 de fevereiro de 2026.

Indicadas

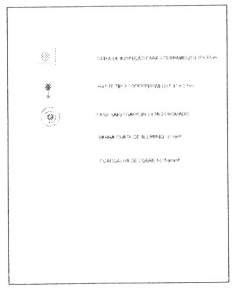
arq. Simone de Andrade

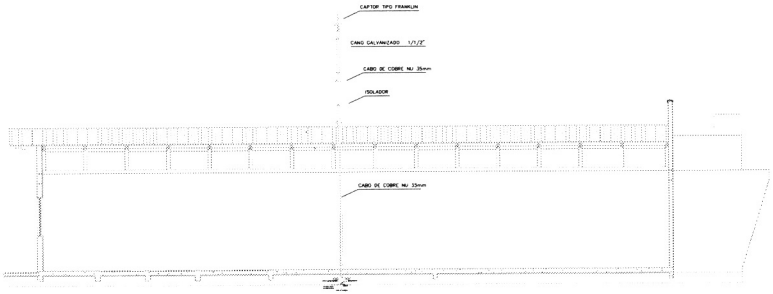
ARQUITETÔNICO

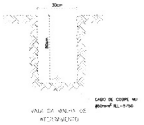




LEGENDA





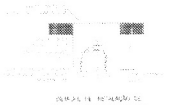












Lista de materiais do projeto SPDA

Elétrica - Materiais spda	
Mastro tipo tubo FG reforçado 2" x6m	3 pç
Base instal p/mastro 2"	1 pç
Captor Franklin 2 descidas	1 pç
Caixa de inspeção barro testo.	2pç
Conjunto de estai para mastro 2"	1 pç
Isolador descida mastro duplo mastro 2"	6 pç
Estaleiro suporte gesso reforçado fixação tele zinco	34 pç
Cano de 1/2" 2"	12m
Terminal de compressão 50mm	9pç
Cabo de cobre nu 50mm² (normalizado exceto lo metálico ou comercial	92 m.
Pinchoso com barbas X	36 m
Haste de aterro inteiro 5/8 alta cravada	18pç
Presilha para haste terra	18pç
Cabo de cobre nu 35mm² (normalizado exceto lo metálico ou comercial	44 m
Terminal de compressão 35mm	9pç
Arbaçadeiro tipo U 3"	1 m

MEMÓRIA DE CÁLCULO

1) **PARAMETROS DA EDIFICAÇÃO**
C=Comprimento 22,00 metros
L=Largura 20,25 metros
A=Altura 9,85 metros

2) **AVALIAÇÃO DO RISCO DE EDIFICAÇÃO**
Aplicação da equação
Ae=[9 x L + 2 x (L + 6) x (L + 6) + π x (6 x (L + 6)
Ae=1.462,74m²

3) **Nd=Constante de descargas para a terra**
Somente nas localidades onde
Ridos com o índice ceraúnico da região

Nd= 30,00

4) **Frequência média anual provável de descargas**
Ng=0,04 x (30,00)^1,25

Ng=0,04 x 72
Ng=2,88 descargas / m²/ano

Nc=0,0029/1

5) **FATORES DE PONDERAÇÃO**
A=Tipo de ocupação da estrutura
B=Tipo de construção da estrutura
C=Conteúdo da estrutura
D=Uso e ocupação da estrutura
E=Topografia

	0,20
	1,00
	0,30
	1,00
	0,40

6) **Nca= valor ponderado de N**
Nca=0,0029/0,2880 = 0,0101

Nca=0,0029/0,2880 = 0,0101

NOTAS

1- A RESISTÊNCIA DO SISTEMA DE ATERRAMENTO NÃO DEVERÁ ULTRAPASSAR 10 OHMS EM QUALQUER ÉPOCA DO ANO

2- TODAS AS INSTALAÇÕES E OBJETOS METÁLICOS DEVERÃO SER INTERLIGADOS AO BEP

3- SPDA NÍVEL II, NÃO ISOLADO, CONSIDERADAS UTILIZANDO BARRAS DE ALUMÍNIO PINTADAS NO PREDIO

4- DEVERÃO SER ABRIGADOS AO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TERMINAIS AÉREOS. ESSES TERMINAIS DIMINUIRÃO A PROBABILIDADE DE A MALHA CAPTORA SER DANIFICADA NOS PONTOS DE IMPACTO

5- PARA CERTIFICAÇÃO DA CONTINUIDADE ELÉTRICA DA ESTRUTURA DA EDIFICAÇÃO, DEVERÁ SER REALIZADO TESTE DE CONTINUIDADE ELÉTRICA ATRAVÉS DE MICRO-OHMÍMETRO, CONFORME ANEXO "E" DA NBR-5419/2005

6- O SISTEMA DEVERÁ TER UMA MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL E SEMPRE QUE A TEMPO POR DANIFICAÇÃO POR DESCARGA ATMOSFÉRICA, PARA VERIFICAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES E GARANTIR A EFICIÊNCIA DO SPDA.

7- NÃO É FUNÇÃO DO SPDA A PROTEÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS, PARA TAL OS INTERESSADOS DEVERÃO ADQUIRIR SUPRESSORES DE SURTOS INDUZIDOS NOS CIRCUITOS DE LINHAS NAS CASAS ESPECIALIZADAS

8- ESTE PROJETO NÃO PODERÁ SOFRER MODIFICAÇÕES SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO PROJETISTA

PROJETO

Charles Alexandre Batista
Engenheiro Civil
CREA 135.938/D

OBRA	INSTALAÇÃO DO SPDA NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LOCAL	MARQUINHO - Pr
PROPRIETÁRIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
REFERÊNCIAS	PLANTA BAIXA SITUAÇÃO
ESCALA	INDICADA
DESENHO	
DATA	FEVEREIRO/2025
FOLHA	1/1

PROJETO SPDA

A1 841x594mm

MEMORANDO N. 029/2026

Marquinho, 22 de abril de 2026.

Assunto: Realização de pesquisa de mercado
De: Setor de compras e Licitações
Para: Sec. Municipal de Administração

ESTUDO TÉCNICO
AMPLA PESQUISA DE MERCADO

Tendo em vista a designação dada pela portaria nº 035/2025 e pedido realizado pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr. Sérgio Luiz Dal Pai, por meio do Memorando nº 040/2026 de 22 de abril de 2026, objeto/serviço: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE AÇÃO SOCIAL CONFORME CONVÊNIO N° 402/2026 – SECID.**

Venho por meio deste, informar que realizei estudo técnico juntamente com o Sr. Charles Alexandre Batista responsável técnico e responsável pela pesquisa de mercado em processos licitatórios de obras nos termos do art. 23 da Lei 14.133/21, art. 11 e 14 do Decreto Municipal 096/2021, combinado com Decreto Federal nº 7.983/2013.

Informo que foram adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil, na forma do art. 3º do Decreto Federal nº 7.983/2013.

Com fundamento no inciso II do art. 49 da Lei 123/2006, justifica-se a não aplicação dos artigos 47 e 48 da Lei Complementar 123/2006, tendo em vista que não há o mínimo legal 03 (três) de fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências da aquisição a ser efetuada que constarão do instrumento convocatório.

Charles Alexandre Batista
Departamento de Engenharia

Wanessa Crystina Dos Santos Pietro
Responsável pela Pesquisa de Mercado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ:01.612.552/0001-13
e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.

PREFEITURA DE MARQUINHO

000070

MEMORANDO Nº. 039/2026 - S.M.A. - Secretaria Municipal de Administração

Marquinho/Pr, 22 de abril de 2026.

Assunto: Pedido de indicação de previsão orçamentária;
De: Secretaria Municipal de Administração;
Para: Departamento de Contabilidade.

Venho por meio deste, visando a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, solicitar que indique a existência de previsão de recursos orçamentários e dotação orçamentária para o pagamento referente à contratação/aquisição pretendida, conforme a estimativa de despesa realizada pelo responsável designado (a seguir), do objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE AÇÃO SOCIAL CONFORME CONVÊNIO Nº402/2026 - SECID**, no valor total de R$ 456.009,45 (quatrocentos e cinquenta e seis mil e nove reais e quarenta e cinco centavos), sendo deste R$300.000,00 (trezentos mil reais), provenientes da Secretaria das Cidades do Estado do Paraná - SECID, e R$156.009,45 (cento e cinquenta e seis mil e nove reais e quarenta e cinco centavos), provenientes de contrapartida do Município.

SÉRGIO LUIZ DAL PAI
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

Memorando interno nº 34/2026

De: Departamento de Contabilidade
Para: Secretaria de Administração

Marquinho, 23 de abril de 2026.

Ref. Indicação de previsão orçamentária para: Convênio Estadual nº 402/2026 - SECID - Ampliação e Reforma do Centro de Referência de Ação Social.

Em atenção ao memorando expedido por Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento da referida aquisição, sendo que os recursos são oriundos das seguintes previsões orçamentárias:

DOTAÇÕES			
Exercício	Conta da despesa	Funcional programática	
2026	00978	08.001.08.244.0008-1045	4.4.90.51.00.00
2026	00965	08.001.08.244.0008-1045	4.4.90.51.00.00

Informamos ainda, que existe o enquadramento na ação programática relativo ao Plano Plurianual 2026/2029.

Sem mais, esperamos ter atendido plenamente vossa solicitação.

Atenciosamente,

MARCOS BAPTISTEL
Contador

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE AÇÃO SOCIAL CONFORME CONVÊNIO Nº402/2026 - SECID**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR TOTAL
001	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DE AÇÃO SOCIAL, COM A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PRELIMINARES, MOVIMENTO DE TERRA, DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS; FUNDAÇÕES; ESTRUTURAS; ALVENARIA, DIVISÓRIA, MUROS FECHOS; COBERTURA; ESQUADRIAS, ACESSÓRIOS, VIDROS E ESPELHOS; INSTALÇÕES ELETRICAS, TELEFONIA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO; INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, GÁS – GLP, INCÊNDIOS E APARELHOS; REVESTIMENTOS, IMPERMIABILIZAÇÕES, PINTURAS E ARGAMASSAS; PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO, PAISAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS; LIMPEZA FINAL E DEMAIS ITENS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM PROJETO.	UN	1,00	456.009,45

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto da contratação tem a natureza de obra engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. A execução do objeto caracteriza-se como contratação por escopo, com prazo determinado para conclusão da obra, não se tratando de prestação de serviços de natureza contínua, uma vez que a obrigação da contratada se encerra com a execução integral dos serviços de ampliação e reforma do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme previsto no projeto, e a entrega da obra concluída.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência do presente Contrato é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21.

1.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, respeitadas as disposições contidas no art. 111 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e do ETP, devem ser atendidos os constantes da Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não haverá indicação de marcas ou modelos.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não haverá vedação a marcas/produto na execução do serviço.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.5. A contratada não poderá subcontratar o Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, salvo autorização prévia, por escrito, do contratante, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA da Minuta Padronizada do Contrato do PARANACIDADE.

Garantia da contratação

4.6. A garantia de execução será equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, incluído, no que couber, o reajustamento de preços, podendo ser prestada conforme as modalidades previstas nos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

4.7. A proponente vencedora deverá, quando da assinatura do termo de contrato de empreitada, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução e da garantia adicional, se houver.

4.8. Como condição para assinatura do contrato, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

4.9. No caso de o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, deverá apresentá-lo no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

4.10. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

4.11. Se ocorrer majoração do valor contratual, o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual,

poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar. Se ocorrer a prorrogação dos prazos contratuais deverá ser providenciada a renovação da garantia contemplando o novo período.

4.12. A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação de:

4.12.1. aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratado e o termo de recebimento definitivo;

4.12.2. certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído;

4.12.3. comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica.

4.13. Nos casos previstos de Extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia de execução e a garantia adicional, se houver, não serão devolvidas, sendo, então, apropriadas pelo CONTRATANTE a título de indenização/multa.

Vistoria

4.14. Os licitantes poderão vistoriar o local onde será executada a obra até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, por meio de representante devidamente habilitado junto ao CREA/CAU.

4.15. Quando da visita ao local da obra, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. A visita ao local deverá ser agendada pelo telefone (042)3050-1102 até o dia 17/04/2026.

4.15.1. Após a visita, será emitido atestado de visita (ANEXO VIII) pelo Município.

4.16. Ainda que os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelo constante no ANEXO VIII.1 deste Edital.

Instalação do Escritório

4.17. Não se aplica.

Margem de Preferência

4.18. Não se aplica a margem de preferência à presente contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 21 (vinte e um) dias consecutivos, contados a partir da data da assinatura do contrato, conforme publicação do extrato no PNCP ou no Diário Oficial, para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução dos serviços: conforme projetos, memorial descritivo e demais documentos técnicos que integram o processo.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: Conforme Cronograma Físico Financeiro apresentado pelo Departamento de Engenharia, anexo ao Edital.

5.1.4. A obra será recusada quando entregue/executada com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e anexos.

5.1.5. O descumprimento dos prazos estabelecidos sujeitará a contratada às sanções previstas no Edital e no contrato.

5.1.6. O recebimento da obra, ainda que definitivo, não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços executados, devendo esta sanar eventuais irregularidades identificadas, nos termos da legislação aplicável.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão executados nos limites territoriais do Município de Marquinho, nas dependências do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), nos locais definidos no projeto técnico. O transporte de materiais, equipamentos e pessoal necessários à execução da obra será de responsabilidade da empresa contratada.

5.3. A execução contratual observará as etapas, rotinas e prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro da obra, podendo haver alinhamento entre a Administração e a contratada para a adequada organização das atividades durante a execução dos serviços.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas e etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro elaborado pelo Departamento de Engenharia.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução da contratação.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. Eventuais informações que o licitante entenda relevantes poderão ser solicitadas via e-mail encaminhado ao Departamento de Licitações e Contratos.

Disposições específicas para contratações integradas e semi-integradas

5.7. Não se aplica.

Especificação da garantia do serviço

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O fiscal e gestor do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, dentre engenheiros e/ou arquitetos e servidor, respectivamente, ambos capacitados para exercerem essas funções.

6.1.1. Caberá a gestão do contrato à/ao Sr. (a) Sérgio Luiz Dal Pai, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

6.1.1.1. propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

6.1.1.2. receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

6.1.1.3. manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;

6.1.1.4. propor medidas que melhorem a execução do contrato.

6.1.2. Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) Charles Alexandre Batista, e ao fiscal substituto Sr. (a) Gustavo José Varela Schisler, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Além disso, a fiscalização procederá, mensalmente, a contar da data da assinatura deste Contrato, citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro e cronograma de execução aprovado, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso. Ocorrendo a substituição do fiscal, este deverá providenciar a imediata baixa da ART ou RRT.

6.1.3. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.1.4. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6.2. Para efeito de medição e de faturamento, relativo às atividades executadas, deverá ser considerado o cumprimento do avanço das etapas construtivas definidas no cronograma físico-financeiro, que será peça integrante do contrato.

6.2.1. A sistemática de medição e pagamento será associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

6.2.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

6.2.3. A parte controversa deverá ser objeto de análise e discussão pelas partes contratantes e, solucionada a controvérsia, a parcela correspondente será liberada no prazo previsto contratualmente.

6.2.4. Enquanto não solucionada a controvérsia objeto dos itens 6.2.2 e 6.2.3, o pagamento, pelo CONTRATANTE, de valores referentes à eventual execução de etapas subsequentes do cronograma físico-financeiro, ficará sobrestado.

6.2.5. O CONTRATANTE poderá determinar alterações, de forma motivada, no cronograma físico-financeiro mediante autorização expressa de sua autoridade competente.

6.2.6. A revisão do cronograma físico-financeiro, quando necessária, constitui responsabilidade do CONTRATADO, cabendo ao CONTRATANTE autorizar a sua readequação, desde que motivada e justificada por fatos supervenientes não imputáveis ao CONTRATADO.

6.3. Não são admissíveis, como regra, aditivos contratuais por erro ou omissões no orçamento nos contratos de empreitada por preço global, salvo nos casos de fatos imprevisíveis, em que não seja possível o licitante constatar as eventuais discrepâncias de quantidades com base nos elementos presentes no projeto básico, bem como nos demais casos previstos em lei passíveis de revisão contratual.

6.3.1. Nos casos em que forem encontrados erros de pequena relevância, relativos a pequenas variações de quantitativos, será pago exatamente o preço global acordado.

6.3.2. Nos casos em que forem encontrados erros ou omissões substanciais, subestimativas ou superestimativas relevantes, poderão ser ajustados termos aditivos excepcionalmente, conforme avaliação prévia do gestor do contrato.

6.4. Ao PARANACIDADE caberá a supervisão do contrato, podendo adotar ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas, inclusive notificar o fiscal e/ou gestor, nos seguintes casos:

6.4.1. quando houver omissão no cumprimento de suas obrigações;

6.4.2. quando verificar problemas na execução do objeto contratado, sem que a fiscalização e/ou gestão tenham tomado providências;

6.4.3. quando houver alteração pela CONTRATADA do projeto executivo, sem consulta prévia e anuência da Supervisão do PARANACIDADE.

6.5. A CONTRATADA deverá permitir e colaborar para que funcionários, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

6.5.1. inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto contratado;

6.5.2. examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

Preposto

6.6. A contratada deverá manter no local da obra um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

Rotinas de Fiscalização

6.7. A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra um projeto completo e cópia das especificações técnicas, memoriais, cronograma físico-financeiro, cronograma de execução, planilha de serviços, Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

6.8. A execução da obra aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

Fiscalização Técnica

6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

6.10. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas ou

emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

6.11. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição da execução considerada inadequada pelo fiscal. Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte dele, que apresente defeitos, vícios ou incorreções, enquanto perdurar a vigência da garantia prevista no ordenamento jurídico, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiros para o CONTRATANTE.

6.12. Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

6.13. A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento. A finalidade será revisar o cronograma das atividades remanescentes e discutir os problemas potenciais.

6.14. Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento. Todos os assuntos discutidos e decisões tomadas em reuniões do CONTRATANTE com o CONTRATADO serão registradas em atas, que servirão de documento legal da obra e permitirão gerenciar as responsabilidades por tarefas específicas. As atas serão lavradas e assinadas pelos participantes.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.1.1. Execução dos serviços em conformidade com o cronograma físico financeiro, boletins de medição e outros documentos pertinentes.

Recebimento

7.2. O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente, em no máximo 15 (quinze) dias, após a comunicação ao CONTRATANTE da conclusão do objeto deste Contrato pela CONTRATADA, ficando esta responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação da obra pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.

7.3. O recebimento definitivo do objeto deste Contrato deverá estar formalizado até 60 (sessenta) dias do recebimento provisório, mediante comissão especificamente designada pelo CONTRATANTE. Decorrido esse prazo, sem qualquer manifestação do Contratante, a(s) obra (s) será(ão) considerada(s) como recebida(s) definitivamente.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

7.5. Os termos de recebimento definidos neste capítulo constituem atos administrativos anuláveis nas hipóteses de erro ou ignorância, dolo, coação, simulação, fraude, incapacidade dos agentes públicos, impossibilidade jurídica ou ilicitude.

Liquidação

7.6. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.6.1. o prazo de validade;

7.6.2. a data da emissão;

7.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.6.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.6.5. o valor a pagar; e

7.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, que mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais será feita a comprovação da regularidade ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.9. A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:

7.9.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.9.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.10. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade.

Prazo de pagamento

7.14. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, até 05 (cinco) dias úteis, após recepção do recurso financeiro pelo Município, desde que haja a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, cumpridas às cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação das parcelas.

7.15. O faturamento deverá ser protocolado, em 01 (uma) via, no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresetando, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

7.15.1. nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, discriminação dos impostos e encargos que serão retidos pelo Município e incidentes sobre o objeto contratado, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo Responsável Técnico;

7.15.2. comprovantes do Recolhimento Previdenciário, quais sejam: recibo(s) da DCTFweb transmitida para a Receita Federal e seu relatório detalhado do(s) mês(es) de execução do objeto contratual sendo que, caso na DCTFweb conste saldo a pagar, deverá ser anexada a DARF do(s) período(s) correspondente(s) que comprovem o seu recolhimento; comprovantes de Recolhimento do FGTS, quais sejam: guia(s) do FGTS devidamente quitada(s) do(s) mês(es) de execução do objeto contratual e seu comprovante de pagamento, conjuntamente com o Relatório do FGTS Digital e da relação de empregados constantes da Obra, conforme informado no "eSocial".

7.15.2.1. deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS da obra contratada, devidos em todos os meses, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.

7.15.2.2. deverá, a CONTRATADA, comprovar o recolhimento dos encargos em todos os períodos de execução contratual, não ficando restrita ao período em que ocorrerem as medições.

7.15.2.3. deverá, a CONTRATANTE, receber, guardar e acompanhar o recolhimento dos encargos trabalhistas (INSS / FGTS) incidentes sobre o pessoal alocado na obra.

7.15.3. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.15.4. cópia da folha de pagamento dos empregados da obra contratada;

7.15.5. Planilha de Medição – Elaborada nos padrões do CONTRATANTE, de acordo com cronograma físico-financeiro, relativo à parcela faturada, de forma que as atividades e os valores faturados, correspondam às atividades e aos respectivos índices percentuais discriminados e informados pela Fiscalização da obra, que acompanha o processo da nota fiscal/ fatura.

Forma de pagamento

7.16. A liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação de:

7.16.1. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART pela contratada;

7.16.2. Comprovação de abertura da matrícula CEI/CNO junto à Receita Federal, com os dados conforme contrato;

7.16.3. Da quitação junto ao FGTS/CEF, por meio do CRS.

7.17. A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação de:

7.17.1. comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.17.2. Termo de Recebimento Provisório;

7.17.3. Certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído (em caso de obra civil a CND deverá conter a metragem da obra conforme projeto/área de reforma/área de acréscimo/área nova);

7.17.4. Quando necessário, do AS BUILT da obra.

7.18. A última parcela, e respectivo pagamento, deverá corresponder, no mínimo, à 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para tanto a penúltima medição deverá ser realizada de maneira a reservar o percentual mínimo para a última medição.

7.19. O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de Marquinho – CNPJ n. º 01.612.552/0001-13.

7.19.1. No prazo de 30 (trinta) dias após a recepção do recurso pelo MUNICÍPIO, caso não ocorra o pagamento ao CONTRATADO, incidirá sobre o valor faturado, atualização monetária, conforme índice estipulado no presente contrato, proporcional aos dias em atraso.

7.19.1.1. Caso a liberação do pagamento não ocorra em até 15 (quinze) dias após a recepção do recurso pelo CONTRATANTE, este incorrerá em multa, no montante de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao mês do valor da fatura, limitado a 90 (noventa) dias.

7.20. A comprovada infringência de disposição de contrato implicará retenção de pagamentos, até final solução, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

7.21. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO que tenha sido multado, antes de paga ou relevada a multa. Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de descontar das faturas ou da garantia quaisquer débitos do CONTRATADO.

7.22. No mês em que ocorrer entrega de produtos ou subprodutos de madeira, sob pena de não serem medidos e pagos os serviços realizados, e sem prejuízo das penalidades previstas no contrato, deverão ser entregues os seguintes documentos:

7.22.1. original(is) ou cópia(s) autêntica(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) de aquisição dos referidos materiais;

7.22.2. declaração de fornecimento de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal em anexo;

7.22.3. original da primeira via da ATPF – Autorização de Transporte de Produtos Florestais, expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

7.22.4. comprovante do Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do fornecedor de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa.

Antecipação de pagamento

7.23. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.24. Não se aplica.

Repactuação

7.25. Não se aplica.

Reajuste

7.26. Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com a Lei Federal n.º 10.192, de 2001.

7.26.1. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços pode ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

7.26.2. Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pelo Contratado.

7.26.3. Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data do orçamento estimado.

7.26.4. Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso.

7.26.5. Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

7.26.6. Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

7.27. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.28. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.29. O reajustamento dos preços será concedido, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento estimado, mediante a aplicação do índice INCC DI/FGV sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

SR = S (I12/I0)

R = SR – S

I12 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês do orçamento

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês do orçamento

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês do orçamento

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

Cessão de crédito

7.30. Nao se aplica.

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

7.31. Nao se aplica.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa grave:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

8.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

8.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

8.6. Fraudar a licitação;

8.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

8.8. Com fulcro no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

8.10. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial

8.10.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1 a 10.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

8.10.2. Para as infrações previstas nos itens 10.5 a 10.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

8.11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.12. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do artigo 157 da Lei 14.133/2021.

8.13. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.17. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8.18. As penalidades aplicadas serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1. valor global: conforme valor estimado da licitação.

Exigências de habilitação

9.5. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

9.5.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

9.5.2. Os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.5.3. Iniciada a fase de habilitação, o Agente de contratação, mediante aviso veiculado na plataforma, abrirá o prazo de 2 (duas) horas, para que a licitante melhor classificada apresente os documentos de habilitação.

9.6. A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

9.6.1. Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Agente de Contratação verificará a possibilidade de acessar os documentos por meio eletrônico ou outros meios hábeis, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

9.6.2. O Agente de Contratação avaliará os documentos exigidos no subitem 7.5 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

9.6.3. Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Agente de Contratação solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

9.7. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

9.8. Por meio de aviso lançado no sistema, o Agente de Contratação informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

9.9. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

Habilitação jurídica

9.10. Comprovação de existência jurídica da pessoa:

9.10.1. Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.

9.10.2. Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.10.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

9.10.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.

9.10.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

9.11. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

9.12. Declaração unificada, conforme documento "Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais", Anexo XI.

9.13. Procuração do representante do licitante para participar da concorrência, se for o caso.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.16. Certidões de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante: Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal;

9.17. Certificado de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.18. Declaração do cumprimento no disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da CF/1988, conforme documento "Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais", Anexo XI;

9.19. Serão aceitas, como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. Prova de capacidade financeira, apresentando as demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais;

9.21. A comprovação da situação financeira da empresa, conforme Declaração de Capacidade Operacional Financeira (ANEXO X), será avaliada pelos Índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Solvência Geral (ISG);

(ILG) (Valor maior que)	(ILC) (Valor maior que)	(ISG) (Valor maior que)
1	1	1

9.21.1. Os índices acima determinados são resultantes da aplicação das seguintes fórmulas.

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo}}$$

Solvência Geral (ISG):

$$ISG = \frac{\text{Ativo Circulante + Ativo Permanente + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo}}$$

Sendo:

AC – ativo circulante; PC – passivo circulante; AP – ativo permanente; RLP – realizável a longo prazo; ELP – exigível a longo prazo

9.21.2. Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

9.21.3. A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no Edital.

9.21.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG), deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.21.5. A Declaração de Capacidade Operacional Financeira demonstrará a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

9.22.1. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados.

9.22.2. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.22.3. Quando a data da abertura do certame for superior ao dia 30 de abril do presente ano, somente serão aceitos os balanços dos dois anos imediatamente anteriores.

9.22.4. Os documentos exigidos no item "b" limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.22.5. Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por serem recém-constituídas, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

9.22.6. certidão negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade.

9.22.7. declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta (constante do Anexo XI).

Quanto a qualificação Técnica:

Qualificação Técnico-Operacional:

9.23. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

9.23.1. Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado do Paraná deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do Paraná antes da assinatura do contrato.

9.24. Comprovação de possuir em nome da empresa, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica com comprovação de descrição do objeto e quantidade mínima, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo permitido o somatório de atestados:

DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMIA
Construção de Edificações em Alvenaria e Concreto Armado.	147,14 m²

9.24.1. Os atestados apresentados para comprovação da responsabilidade técnica somente serão aceitos como prova de capacitação técnico-profissional se acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CAU, conforme o caso. Não será admitida, para esse fim, a simples apresentação de atestados emitidos por terceiros vinculados a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), sem a correspondente validação pelo respectivo Conselho de Classe por meio da CAT.

9.25. Declaração formal da empresa, assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Profissional:

9.26. Declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra (Anexo IX) até o seu recebimento definitivo pelo licitador;

9.26.1. O responsável indicado, para fins de comprovação da capacitação, deverá participar da obra objeto da licitação.

9.27. A declaração de responsabilidade técnica deverá ser acompanhada de "Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT" do(s) responsável (eis) técnico (s) indicado (s), emitido (s) pelo "Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU", de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no objeto da presente contratação.

9.28. A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

9.28.1. Carteira de Trabalho;

9.28.2. Certidão do CREA;

9.28.3. Certidão do CAU;

9.28.4. Contrato Social;

9.28.5. Contrato de prestação de serviços;

9.28.6. Contrato de Trabalho registrado na DRT;

9.29. relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução da (s) obra (s), conforme análise do projeto, constando o nome, n. º do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução, sob pena de inabilitação (ANEXO XIV);

9.30. cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos (ANEXO XV), devidamente preenchido, com base na relação de disponibilidade do item anterior, constando nome, n. º RG e assinatura

do responsável legal pela empresa; e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado;

9.31. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico, ou utilização de seu acervo técnico, por mais de uma proponente.

9.32. O responsável técnico só poderá ser substituído, se atendidos os critérios exigidos nesse Edital, e desde que com expressa autorização do Município, e conhecimento do Paranacidade.

9.33. Da Vistoria

9.33.1. Os licitantes poderão vistoriar o local onde será executada a obra até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, por meio de representante devidamente habilitado junto ao CREA/CAU.

9.33.2. Quando da visita ao local da obra, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. A visita ao local deverá ser agendada pelo telefone (42) 3050-1102 até o dia 17/04/2026.

9.33.3. Após a visita, será emitido atestado de visita (ANEXO VIII) pelo Município.

9.33.4. Ainda que os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelo constante no ANEXO VIII.1 deste Edital.

9.34. Declarações

9.34.1. Declaração de que o Licitante se compromete a comprovar, quando da assinatura do contrato, os vínculos, empregatícios ou contratuais, do responsável técnico ou da equipe técnica (se houver), no caso de ser a vencedora da presente licitação, Anexo IX.

9.34.2. Declaração de que não possui, em seu quadro funcional, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei Federal n.°9.854 de 27/10/199), conforme documento "Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais", Anexo XI.

9.34.3. Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da construção Civil (Anexo XIII).

9.34.3.1. No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a empresa deverá executar a obra de acordo com a Resolução do CONAMA n.° 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações e com a legislação pertinente do município onde a empresa será construída.

9.34.3.2. O contratado fica obrigada a utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal, conforme Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

9.35.1. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste Edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado

o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

9.35.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

9.35.3. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Agente de Contratação.

9.35.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35.4.1. Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.35.5. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

9.35.6. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

9.35.7. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

9.36. Os documentos serão analisados pelo Agente de Contratação quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

9.36.1. Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

9.36.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada.

9.36.2. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação.

9.36.3. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.37. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o Agente de Contratação considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 456.009,45** (quatrocentos e cinquenta e seis mil e nove reais e quarenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos contida no ITEM 1.1 deste termo de referência.